Seminário Controle Social na Saúde

FINANCIAMENTO DO SUS

Conselho Nacional de Saúde

SUS Sistema Único de Saúde

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

BRASIL GOVERNO FEDERAL

O CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO PÚLICA

Conselho Nacional de Saúde

Oficina
"O FINANCIAMENTO DO SUS"

Antonio Veiga Argollo Neto
Coordenador NAOP CGU-R/BA

Controles dos Recursos Públicos

Controle Institucional

Interno:
Administração (Gestor)
Controle Interno Municipal

Externo:
Poder Judiciário
Poder Legislativo
Tribunais de Contas
Ministério Público

Políticas Públicas

Controle Social

Institucionais
Audiências e Consultas
Conferências
Conselhos
Ouvidorias
Mesas de diálogo

Extrainstitucionais
Manifestações
Redes Sociais

CGU

Órgão de Controle Interno do Poder Executivo Federal

Missão Estratégica

Duas dimensões complementares:

1. **prevenir e combater a corrupção**
2. **aprimorar a gestão pública, fortalecendo os controles internos e incrementando a transparência, a ética e o controle social**

Áreas de atuação da CGU

Fiscalização por Sorteios Públicos

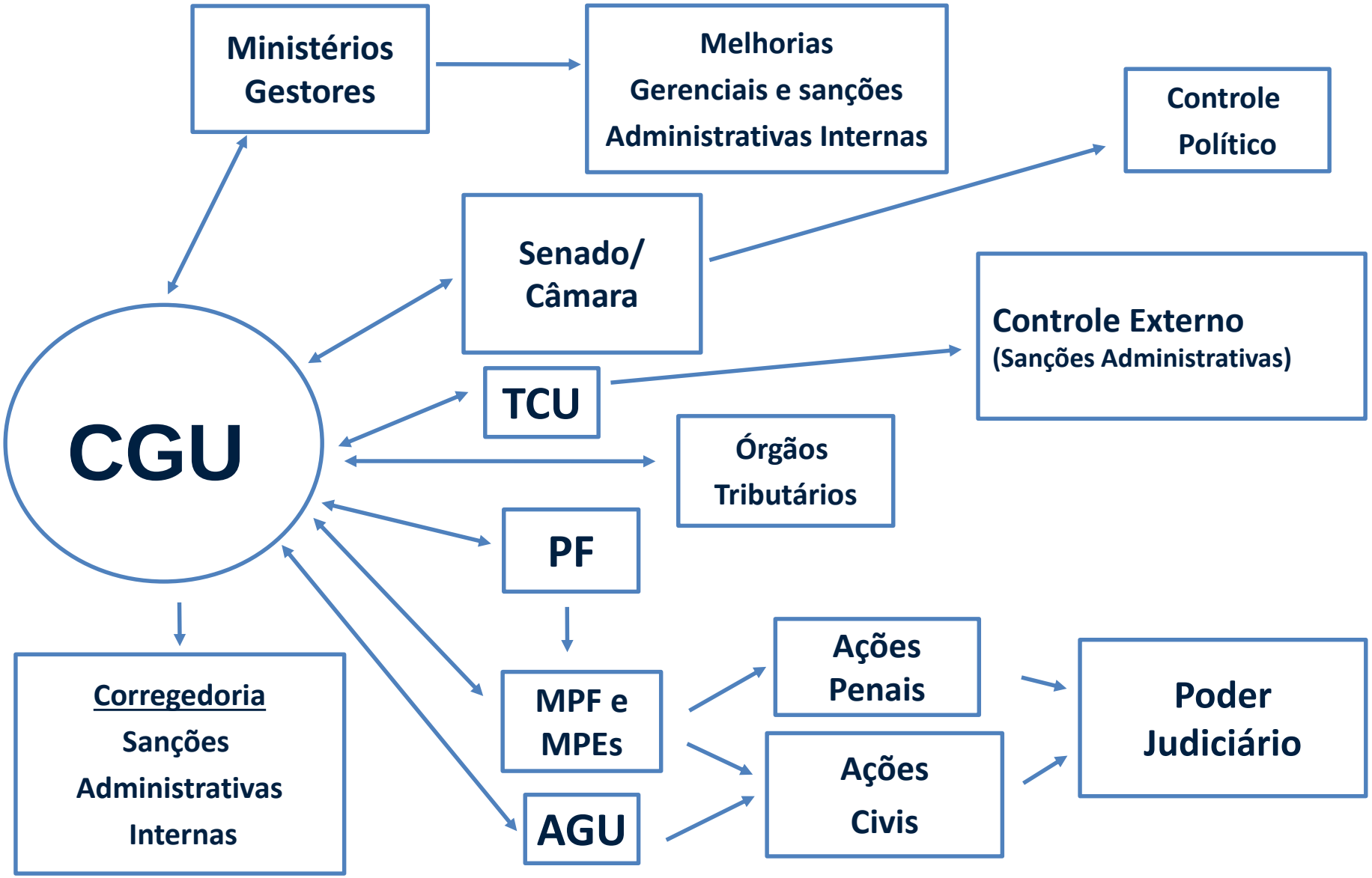
Transporte Escolar

Merenda Escolar

Fiscalização por Sorteios Públicos - Saúde

Expansão e Melhoria da Rede Escolar

Encaminhamento das Ações de Controle



Operações Especiais

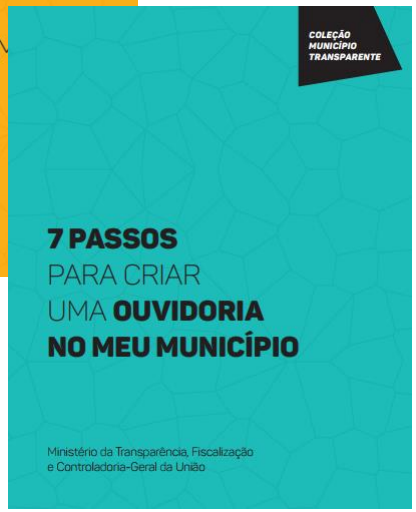
http://www.cgu.gov.br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/acoes-investigativas/operacoes-especiais/

Ouvidoria

e-OUV
Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal
Ouvidorias.gov
Material de Apoio
Já sou Cadastrado
Cadastre-se
Qual tipo de manifestação você quer fazer?
DENÚNCIA
RECLAMAÇÃO
SOLICITAÇÃO
SUGESTÃO
ELOGIO

Prevenção da Corrupção

Fortalecimento da Gestão Pública



COLEÇÃO MUNICÍPIO TRANSPARENTE

CORREGEDORIA

LEI ANTICORRUPÇÃO E INTEGRIDADE

OUVIDORIA

Prevenção da Corrupção

Incremento da Transparência

Acesso à Informação

BRASIL transparente

Olho Vivo no dinheiro público

Serviço de Informação ao Cidadão

O Controle Social

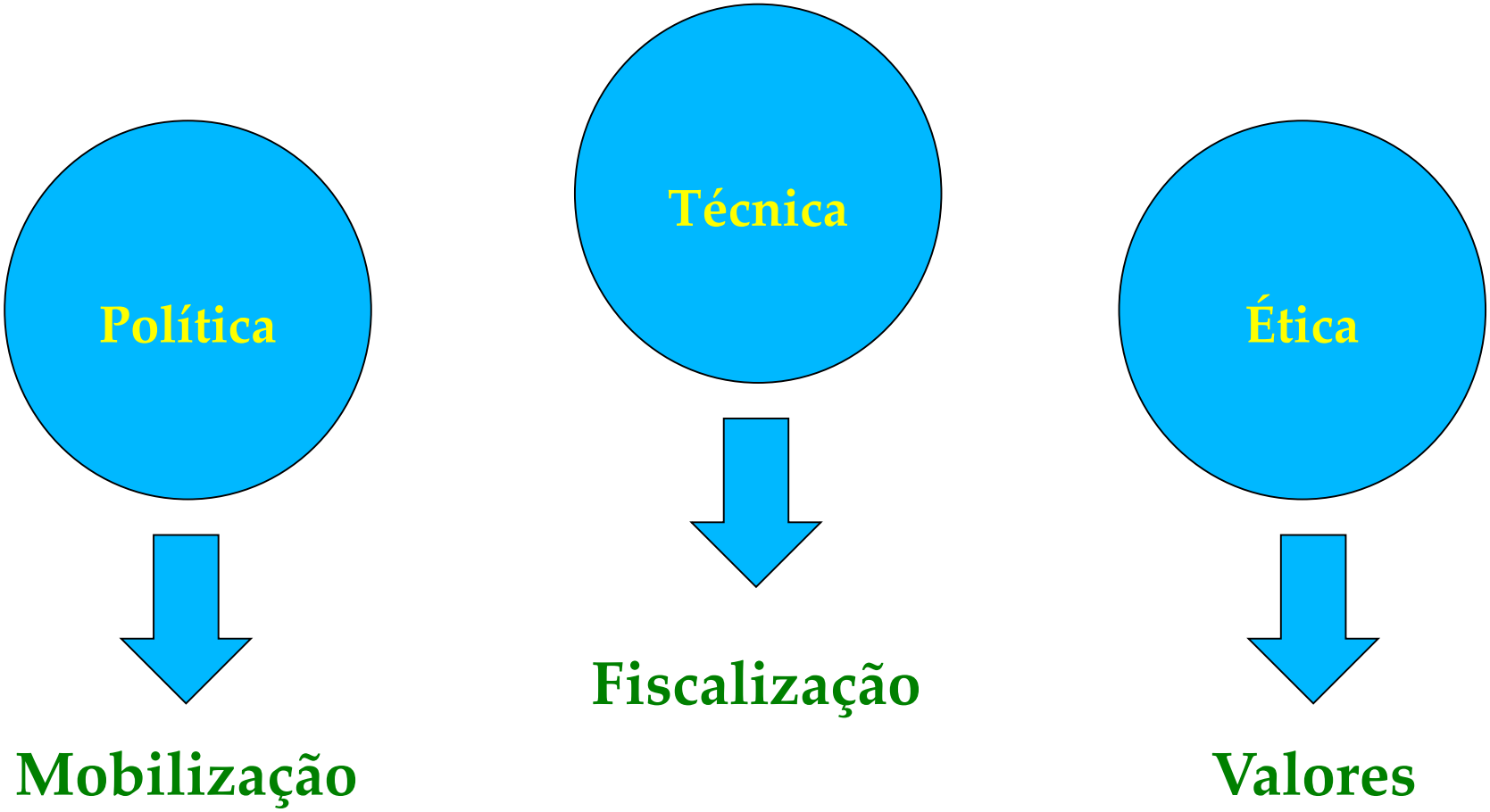
Controle Social

Controle Social
significa o conhecimento, a participação e o controle da sociedade sobre as ações do Estado.

É uma demonstração clara do **exercício da democracia**.

Imagem do portal consciência política
http://www.portalconscienciapolitica.com.br/products/controle-social/

Dimensões do controle social



AS Políticas Públicas

CRAS

Licitação

PARADIGMA ATUAL DO CONTROLE SOCIAL

CONTROLE SOCIAL NAS LICITAÇÕES

Acompanhamento da Política Pública

Transparência – Análise Prévia do Edital

Produtos não entregues / serviços não prestados

O SUS e o Controle Social

Saúde como direito social

Caput do Art. 6º da Constituição Federal

Participação da comunidade como diretriz de organização do SUS.

Inciso III do Art. 198 da Constituição Federal

Participação da comunidade como princípio do SUS.

Inciso 8º do Art. 7º da Lei nº 8.080/1990

Recursos do SUS devem ser depositados em conta especial, movimentados sob fiscalização dos Conselhos de Saúde .

Art. 33 da Lei nº 8.080/1990

O SUS contará com instâncias colegiadas em cada esfera de governo, sem prejuízo às funções do Poder Legislativo:

Conferência de Saúde **Conselho de Saúde**

Art. 1º da Lei nº 8.142/1990

Os Conselhos e Conselheiros(as) de saúde têm diante de si um importante papel a desempenhar:

- Articular e potencializar as possíveis redes já estabelecidas e a serem estabelecidas na perspectiva da defesa de direitos dos cidadãos na área da saúde.

Cooperação

- ✓ Com os Conselhos de outras instâncias;
- ✓ Com os Gestores do SUS;
- ✓ Com o Ministério Público;
- ✓ Com os Órgãos de Controle.

Articulação

Competências do Conselho de Saúde

Lei 8.080/1990, Lei Complementar 141/2012,
Decretos Presidenciais e Portarias do Ministério da Saúde.

Principais competências dos conselhos de saúde:

- Estabelecimento de diretrizes para o Plano de Saúde;
- Análise do Relatório Anual de Gestão (Prestação de Contas);
- Fiscalização.

Ao exercer o controle social do SUS, o conselho deve **participar da fiscalização e do planejamento** das políticas de saúde, propondo a forma de emprego dos recursos destinados a essa área, bem como verificando a conformidade na utilização dos recursos recebidos pelos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde.

O conhecimento é a principal ferramenta do controle social.

Problemas em todo Brasil!

BAHIA

Operação Copérnico atua em Salvador e nos municípios de Candeias e São Francisco do Conde

Reprodução/Record Bahia

Com o objetivo de desarticular esquema criminoso do desvio de verbas públicas destinadas a saúde, a PF (Polícia Federal) em conjunto com a CGU (Controladoria Geral da União) deflagrou na manhã desta sexta-feira (22), a Operação Copérnico em Salvador e nos municípios de Candeias e São Francisco do Conde, no interior da Bahia.

Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil

PF ataca desvios no Projeto Glaucoma, do Ministério da Saúde, na Bahia

Pesquisa de Relatórios

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)

https://auditoria.cgu.gov.br/

Use os filtros abaixo para encontrar os relatórios do seu interesse

A Pesquisa de Relatórios tem o objetivo de aumentar a transparência e reunir em um único espaço todos os trabalhos
Controladoria-Geral da União (CGU). São relatórios de fiscalização em estados e municípios, auditorias anual de conta
ainda, a possibilidade de baixar mais de um relatório pela opção "Baixar selecionados".

Título do Relatório

Linha de Atuação: Todas

Período de Publicação

Ministério(s): Nenhum selecionado

Órgãos(s): Nenhum selecionado

Estado(s): Nenhum selecionado

Município(s)

FEF(s): Nenhum selecionado

Palavras-Chave

- Apuração de Representações e Demandas Sociais
- Auditoria Anual de Contas
- Auditoria de Acompanhamento da Gestão
- Auditoria Especial
- Auditoria por Área de Gestão
- Auditorias nos Contratos e Financiamentos Externos e nos Proje
- Avaliação da Execução de Programas de Governo / Relatório Ind
- Avaliação dos Resultados da Gestão
- Fiscalização em Entes Federativos - Estados
- Fiscalização em Entes Federativos - Municípios
- Operações Especiais
- Prestação de Contas do Presidente da República
- Relatório de Avaliação da Execução de Programas de Governo
- Relatório de Gestão Fiscal

Pesquisa de Relatórios

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)

https://auditoria.cgu.gov.br/

Título do Relatório	
Linha de Atuação	Avaliação dos Resultados da Gestão
Período de Publicação	
Ministério(s)	Nenhum selecionado
Órgãos(s)	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE
Estado(s)	BA
Município(s)	
FEF(s)	Nenhum selecionado

Exemplo de pesquisa:

Pesquisa de Relatórios

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)

https://auditoria.cgu.gov.br/

Resultado da pesquisa

	DOWNLOAD	TÍTULO	LINHA DE ATUAÇÃO	PUBLICADO EM	MUNICÍPIOS
☐		Relatório de Demandas Externas nº 201503722 - Implantação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares	Apuração de Representações e Demandas Sociais	28/03/2018	MUCURI - BA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

Ordem de Serviço: 201504217
Município/UF: São José/SC
Órgão: MINISTERIO DA SAUDE
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão
Unidade Examinada: MUNICIPIO DE SAO JOSE
Montante de Recursos Financeiros: R$ 843.000,00
Prejuízo: R$ 0,00

1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 01 a 11/12/2015 sobre a aplicação dos recursos do Programa 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS) / Ação 12L5 - Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS no município de São José/SC.

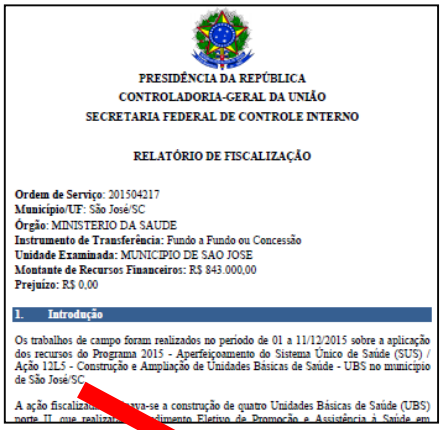
A ação fiscalizada destinava-se a construção de quatro Unidades Básicas de Saúde (UBS) porte II, que realizarão Atendimento Eletivo de Promoção e Assistência à Saúde em

Exemplo de pesquisa:

Pesquisa de Relatórios

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)

https://auditoria.cgu.gov.br/



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

Ordem de Serviço: 201504217
Município/UF: São José/SC
Órgão: MINISTERIO DA SAUDE
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão
Unidade Examinada: MUNICIPIO DE SAO JOSE
Montante de Recursos Financeiros: R$ 843.000,00
Prejuízo: R$ 0,00

1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 01 a 11/12/2015 sobre a aplicação dos recursos do Programa 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS) / Ação 12L5 - Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS no município de São José/SC.

A ação fiscalizada [illegible]va-se a construção de quatro Unidades Básicas de Saúde (UBS) norte II, que realiza[illegible]imento Efetivo de Promoção e Assistência a Saúde em

- falha na revisão do projeto básico, posto que alguns equívocos cometidos no desenho impactaram de forma negativa a execução das obras da Unidade Básica de Saúde (UBS);

- ausência, no edital da Tomada de Preços n° 10/2013, de modelo de composição de custos dos Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) para a orientação das licitantes; e

- ausência de providências para testar os pontos elétricos destinados à instalação de aparelhos de ar condicionado;

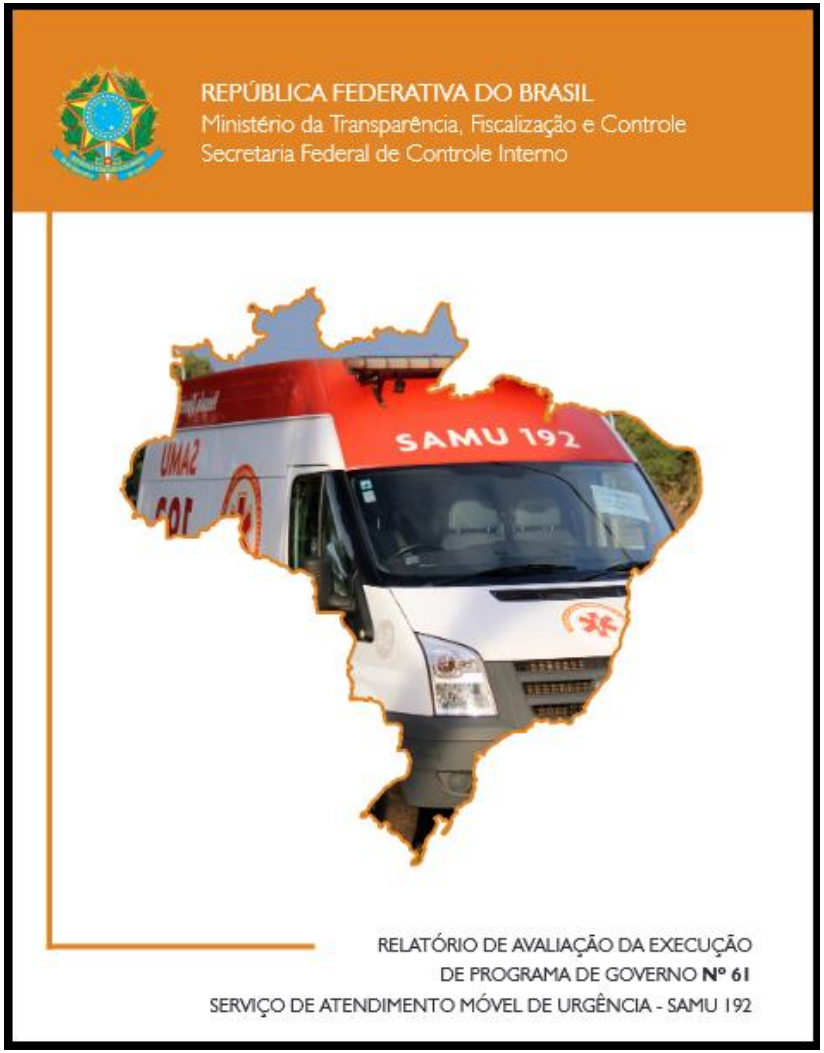
- não efetivação das medidas legais previstas no subitem 16.3 do edital, tais como a notificação da empresa responsável para que corrija os elementos construtivos e insumos considerados insatisfatórios na UBS;

- ausência de informações sobre as medidas em curso para o recebimento definitivo do objeto contratado.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO
DA EXECUÇÃO
DE PROGRAMA DE
GOVERNO **Nº 61**
SERVIÇO DE ATENDIMENTO
MÓVEL DE URGÊNCIA -
SAMU 192

agosto/2016

- ✓ *Fiscalizações/auditorias nas capitais dos 26 estados da federação e no Distrito Federal*



https://auditoria.cgu.gov.br/download/8831.pdf

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DE PROGRAMA DE GOVERNO **Nº 61** SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU 192

agosto/2016

Questões Estratégicas

1) O processo de planejamento e implementação do SAMU é conduzido de forma a viabilizar a adequada alocação dos recursos disponíveis?

2) Os controles internos administrativos do gestor federal são suficientes para garantir que os critérios de concessão dos incentivos ... sejam atendidos?

3) Os atos relativos às aquisições de equipamentos e veículos da frota do SAMU ...?

4) As Centrais de Regulação do SAMU e Unidades Móveis de Saúde custeadas com recursos federais estão em efetivo funcionamento?

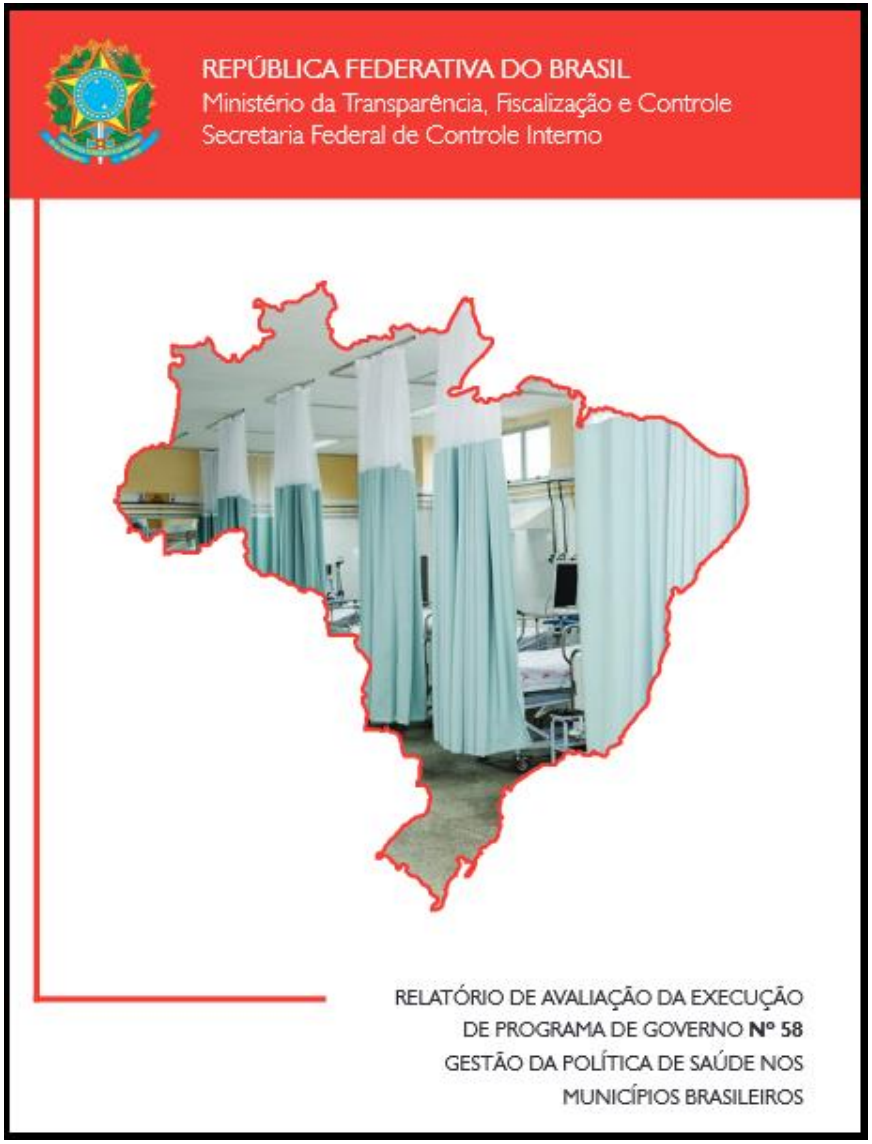
5) Estados e municípios aplicam adequadamente os recursos destinados à implantação e ao custeio do SAMU?

6) Os mecanismos utilizados pelo Ministério da Saúde para monitorar o funcionamento do SAMU possibilitam a identificação e correção tempestiva de falhas na execução do programa?

https://auditoria.cgu.gov.br/download/8831.pdf

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DE PROGRAMA DE GOVERNO **Nº 58** GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Junho/2016



execução das 35.ª, 36.ª, 37.ª, 38.ª, 39ª e 40ª Etapas do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos

- ✓ *realizadas 310 fiscalizações*
- ✓ *em 308 municípios distribuídos por todas as UF*

https://auditoria.cgu.gov.br/download/3800.pdf

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DE PROGRAMA DE GOVERNO **Nº 58**
GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Junho/2016

Questões Estratégicas

1. O Fundo Municipal de Saúde existe e é movimentado pelo responsável competente?

1.1 ...

2. O Conselho Municipal de Saúde existe e funciona adequadamente?

2.1. ...

2.6 O CMS está se reunindo ao menos uma vez por mês?

2.7 Os conselheiros receberam capacitação para desempenho de suas atividades?

3. O Plano de Saúde existe e está em vigor?

3.1 ...

3.3 O Plano de saúde tem conteúdo e estrutura conforme legislação vigente?

4. O Relatório Anual de Gestão existe e foi analisado pelas instâncias municipal e federal de controle?

4.1 ...

4.7 O Ministério da Saúde, ... efetua análise dos Relatórios de Gestão, nos termos da Lei ...?

https://auditoria.cgu.gov.br/download/3800.pdf

Exemplo de constatações - CGU

"Conselho Municipal de Saúde de Xxxxx aprovou a readequação da proposta de aquisição de equipamentos por meio da Resolução nº xx, de xxxx."

Constatações da CGU:

-Alteração nos quantitativos e na destinação dos equipamentos hospitalares adquiridos em relação à proposta aprovada pelo Ministério da Saúde;

-Aquisição de equipamentos hospitalares com superfaturamento;

-Inexistência de prestação de contas dos recursos recebidos fundo a fundo (RAG somente menciona o recebimento do recurso);

-Pagamento antecipado à entrega de equipamento.

Sugestão: atuação dos conselhos de saúde:

Promova a ampla divulgação da atuação do conselho

- identificação e contatos dos conselheiros
- reuniões e encontros (datas, locais, assuntos/pautas)
- resultados (das reuniões, das ações);

- Busque e estude o máximo de informações possíveis antes de manifestar-se;
- Inclua nas pautas das reuniões momentos de estudo;
- Divida as tarefas preparatórias para os estudos e para as reuniões;
- Filmem as reuniões e encontros (gravem);
- Registre por escrito (Ata), de forma clara e objetiva, os resultados das reuniões (participantes, cumprimento da pauta e decisões);

- Pergunte, pergunte e pergunte sempre que não entender.

É dever do gestor público prestar contas de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão. (Art. 5º da Lei 12.527/2011)

"O que move o mundo não são os braços fortes dos heróis, mas sim a quantidade dos pequenos empurrões de cada trabalhador honrado". (Helen Keller)

Obrigado !!!!

Antonio Veiga Argollo Neto
Coordenador do NAOP/CGU-R/BA

Rodrigo Chagas Giudice
NAOP/CGU-R/BA

Controladoria-Regional da União no Estado da Bahia
Gabinete
Tel.: (71) 3254-5210
Núcleo de Ações de Ouvidoria e Prevenção
Tel.: (71) 3254-5211
Email: cguba-nap@cgu.gov.br

www.cgu.gov.br

cguonline

cguonline

cguoficial

MINISTÉRIO DA
TRANSPARÊNCIA, FISCALIZAÇÃO
E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

BRASIL
GOVERNO FEDERAL